

Câmara  
Municipal de Ílhavo

www.cm-ilhavo.pt  
geral@cm-ilhavo.pt

Av. 25 de Abril  
3830 - 044 Ílhavo

Tel.: +351 234 329 600  
Fax: +351 234 329 601



o mar por tradição

## DESPACHO

### Autorização para acumulação de funções - 2014

#### Considerando:

- 1) Que o exercício de funções públicas é, em regra, feito em exclusividade, nos termos do artigo 26º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, com as devidas alterações, podendo no entanto ser autorizado o exercício de outras funções, públicas ou privadas, em acumulação.
- 2) Que a acumulação de funções nos termos do artigo 29º do referido diploma legal depende de prévia autorização da entidade competente.
- 3) Que, atenta a lógica de anualidade que deve ser imposta nesta matéria, importa regularizar as situações de acumulação de funções a ocorrer durante o ano de 2014.

#### Determino:

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35º da Lei 75/2013, de 12/09, e para os efeitos previstos nos artigos 25º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, com as devidas alterações, que:

I- Não pode ser autorizado o exercício, em acumulação, de funções privadas com ou sem remuneração, com ou sem autonomia, diretamente ou por interposta pessoa, nos seguintes casos:

- a) Serem as funções privadas similares e conflituantes com as funções públicas;
- b) Sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas;
- c) Sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente;
- d) Comprometam a isenção e imparcialidade exigíveis para o exercício das funções públicas;
- e) Provoquem algum prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

II-A acumulação de funções públicas com outras funções públicas ou privadas depende de prévia autorização, devendo ser apresentado pelos interessados requerimento, previamente ao seu exercício e anualmente, onde tem que constar:

- O local específico do exercício da função ou atividade a acumular;
- O horário a praticar;
- A remuneração a auferir (p.e. previsão mensal), quando seja o caso;
- A natureza autónoma ou subordinada do trabalho a desenvolver e do respetivo conteúdo;

Câmara  
Municipal de Ílhavo

www.cm-ilhavo.pt  
geral@cm-ilhavo.pt

Av. 25 de Abril  
3830 - 044 Ílhavo

Tel.: +351 234 329 600  
Fax: +351 234 329 601



o mar por tradição

➤ As razões que justificam e legitimam a acumulação e porque é que não incorre nas proibições legais do seu exercício;

➤ As razões por que o requerente entende não existir conflito com as funções desempenhadas, designadamente por a função a acumular não revestir as características de atividade conflituante ou concorrente à função que desempenha no seu serviço;

➤ O compromisso de cessação imediata da função ou atividade acumulada no caso de se vir a revelar conflituante com as funções públicas;

III- O requerimento deve também ser instruído com os documentos comprovativos dos rendimentos da atividade no ano anterior e de uma lista de clientes (no caso de exercício de Profissão liberal).

IV- O incumprimento desta obrigatoriedade de dedicação exclusiva representa uma violação de deveres disciplinares por parte do trabalhador, e pode dar lugar a uma pena de suspensão e até de demissão no caso de reincidência (nos termos dos arts. 17º e 18º do Estatuto Disciplinar aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9/09).

V- Visa-se genericamente a eficiência no exercício das funções públicas e proteger a independência e a transparência do seu exercício, bem como o respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça e da imparcialidade da administração pública (art. 266º da Constituição da República Portuguesa).

VI- Para o presente ano de 2014 devem os requerimentos ser apresentados até ao próximo dia 14 de fevereiro, informados pelos respetivos Chefes de Divisão e enviados ao Presidente até ao dia 21 de fevereiro e por mim despachados até 28 de fevereiro de 2014.

VII- Se ocorrer alguma situação de acumulação de funções após esta última data, e apenas nessa circunstância, deve ser instruído requerimento a título excecional que será informado e despachado no período de oito dias .

Divulgue-se pela estrutura municipal.

Cumpra-se.

Ílhavo, aos 06 de fevereiro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal

Fernando Fidalgo Caeiro